



SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras de
30 de junho de 2023



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de agosto de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Índice

Diretoria	2
Relatório da administração	3
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Diretoria

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Diretores

Fabiano Fialho Camperlingo
Mariana de Castilho Lázaro *
Evelyn Bueno
Eduardo Führer

Contador

André Victor Vicentini de Oliveira
CRC – 1SP-326608-08

*Diretora responsável pelas demonstrações financeiras.

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "SumUp Bank") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN").

Perfil Corporativo

O SumUp Bank foi constituído em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 ele foi autorizado a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo BACEN.

Desempenho

O SumUp Bank iniciou suas atividades operacionais e comerciais em 1 de novembro de 2020 com a conta de pré-pagamento em moeda eletrônica ("Conta SumUp").

Resultado e Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2023 o prejuízo acumulado do SumUp Bank foi de R\$85.553 (31 de dezembro de 2022 - R\$80.801), o prejuízo do semestre foi de R\$4.752 (30 de junho de 2022 - R\$17.186) e o Patrimônio Líquido R\$56.536 (31 de dezembro de 2022 - R\$18.988).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2023 os ativos totalizaram R\$266.052 (31 de dezembro de 2022 - R\$212.530) e corresponderam substancialmente as reservas no Banco Central e títulos públicos do Governo Federal do Brasil, e os passivos totalizaram R\$209.516 (31 de dezembro de 2022 - R\$193.542) e corresponderam substancialmente a depósitos de clientes.

Agradecimentos gerais

Agradecemos aos colaboradores do SumUp Bank, pelo talento e dedicação na construção de nossa instituição financeira.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

Administração.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Balanço patrimonial
 Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais - R\$)



	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.391	164.790
Disponibilidades		2.071	1.677
Aplicações interfinanceiras de liquidez		157.996	136.993
Reservas no Banco Central		35.324	26.120
Instrumentos financeiros		43.662	25.435
Títulos e valores mobiliários	6	43.662	25.435
Operações de crédito		21	-
Empréstimos		21	-
Outros créditos	7	11.882	10.458
Créditos diversos		11.882	10.458
Total ativo circulante		250.956	200.683
Ativo não circulante			
Permanente			
Intangível	8	15.096	11.847
Ativos intangíveis		17.617	13.324
(-) Amortização acumulada		(2.521)	(1.477)
Total ativo não circulante		15.096	11.847
Total do ativo		266.052	212.530
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Depósitos	9	199.935	163.514
Outras obrigações	10	9.581	30.028
Obrigações fiscais e previdenciárias		380	1.333
Obrigações diversas		9.201	28.695
Total passivo circulante		209.516	193.542
Patrimônio líquido			
Capital social	11	119.571	99.571
Aumento de capital em aprovação pelo regulador	11	22.172	-
Reservas de capital	12	356	218
Outros resultados abrangentes		(10)	-
Prejuízos acumulados		(85.553)	(80.801)
Total patrimônio líquido		56.536	18.988
Total do passivo e patrimônio líquido		266.052	212.530

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstração do resultado
 Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas de intermediação financeira	13	15.567	6.749
Receitas com tarifas e semelhantes		2.280	1.951
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.287	4.798
Despesas de intermediação financeira	14	(3.895)	(1.563)
Despesas com tarifas e semelhantes		(2.282)	(1.563)
Despesas de juros com depósitos remunerados		(1.613)	-
Resultado de intermediação financeira		11.672	5.186
Outras receitas/despesas operacionais		(16.424)	(22.372)
Despesas de pessoal	15	(4.854)	(15.831)
Despesas administrativas	16	(10.581)	(4.679)
Despesas tributárias		(944)	(525)
Outras receitas operacionais		104	107
Outras despesas operacionais		(149)	(1.444)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.752)	(17.186)
Provisão para imposto de renda	17	-	-
Provisão para contribuição social	17	-	-
Prejuízo do semestre		(4.752)	(17.186)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0017)

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)



	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo do semestre	(4.752)	(17.186)
<i><u>Títulos disponíveis para venda</u></i>		
Variação de valor justo	(10)	-
Total do resultado abrangente	<u>(4.762)</u>	<u>(17.186)</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais - R\$)



	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação pelo regulador	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		57.931	-	264	-	(42.944)	15.251
Aumento de capital	11	17.640	-	-	-	-	17.640
Plano de pagamento baseado em ações	12	-	-	115	-	-	115
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(17.186)	(17.186)
Saldos em 30 de junho de 2022		75.571	-	379	-	(60.130)	15.820
Saldos em 31 de dezembro de 2022		99.571	-	218	-	(80.801)	18.988
Aumento de capital	11	20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital em aprovação pelo regulador		-	22.172	-	-	-	22.172
Plano de pagamento baseado em ações	12	-	-	138	-	-	138
Variação de valor justo de títulos disponíveis para venda		-	-	-	(10)	-	(10)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(4.752)	(4.752)
Saldos em 30 de junho de 2023		119.571	22.172	356	(10)	(85.553)	56.536

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo do semestre	(4.752)	(17.186)
Ajustes ao resultado líquido:		
Amortizações	946	471
Variações cambiais não realizadas	90	(70)
Programa de pagamento baseado em ações	138	115
Resultado de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.621)	-
Valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	25
Redução (aumento) dos ativos:		
Instrumentos financeiros, negociação	-	29.211
Empréstimos	(21)	-
Outros créditos	(1.437)	3.962
Aumento (redução) de passivos:		
Depósitos	36.421	(839)
Outras obrigações	(20.427)	(8.154)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	9.337	7.535
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos da venda de instrumentos financeiros disponíveis para venda	25.970	-
Aquisição de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(42.586)	-
Desenvolvimento de ativos intangíveis	(4.292)	(2.406)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(20.908)	(2.406)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	20.000	17.640
Aumento de capital em aprovação pelo regulador	22.172	-
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	42.172	17.640
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	30.601	22.769
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	164.790	57.071
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	195.391	79.840
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	30.601	22.769

1. Informações gerais

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. (a “Companhia”, “SumUp Bank”) foi constituída em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 a Companhia foi autorizada a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo Banco Central do Brasil (“Bacen” ou “BCB”) e em 1 de novembro de 2020 iniciou as suas atividades operacionais. A Companhia está localizada no Brasil, com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, 10º andar, São Paulo, Brasil e é controlada pela SumUp Holdings Luxembourg SARL (“SumUp Group” ou “Controladora”), localizada em Luxemburgo.

A Companhia tem por objeto a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio ou outras origens desde que regulatoriamente permitidas; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamentos pré-paga, com emissão de instrumentos de pagamento pré-pagos ou pós-pagos; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

O desenvolvimento das operações da Companhia prevê o ingresso de clientes portadores de contas de pagamento, bem como de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia e foram autorizadas para emissão em 18 de agosto de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 - Ativo Imobilizado
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 41 – Resultado por ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Em 12 de agosto de 2020, foi emitida a Resolução BACEN nº 02/2020 que consolida as regras para elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras, revogando a Circular nº 3.959. As disposições da referida Circular foram incorporadas na Resolução BCB nº 02/2020, a qual, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes, conforme nota explicativa 21. A Resolução BCB nº 02/2020 entrou em vigor em 01 de janeiro de 2021.

De acordo com a resolução BCB nº 02/2020 emitida pelo BACEN: (i) os créditos tributários e os impostos diferidos devem ser classificados no realizável a longo prazo e no passivo não circulante; (ii) a apresentação dos ativos e passivos no balanço deve ser em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade e (iii) são requeridas a divulgação da demonstração do resultado abrangente e de análises de sensibilidade.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 traz mudanças significativas na contabilização dos instrumentos financeiros, a fim de alinhar as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IFRS 9 que serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

Diante das atividades operacionais, a Companhia iniciou em junho/2023 uma carteira de crédito comercial no formato de empréstimo e dessa forma para fins de adoção da normativa houve uma mudança no plano de implementação inicial, para que fossem contemplados os temas referentes à: Taxa Efetiva de Juros e o cálculo de Provisão para Perda Esperada associada ao risco de crédito. Ressalta-se que eventuais mudanças na estrutura da SumUp Bank, todos estes aspectos serão reavaliados por ela a fim de estar em compliance com os normativos vigentes.

Para implementar essas mudanças, a Companhia criou um plano de implementação que está dividido em três pilares:

- (i) organização e governança;
- (ii) processos e sistemas; e
- (iii) modelos e critérios.

Isso envolve a criação de fóruns e comitês dedicados à definição e acompanhamento da implementação, a revisão e atualização de processos e sistemas, bem como a revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma para a implementação do plano está sendo planejado de forma faseada ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024. Em junho/2023, devido ao início de operações de crédito no formato de empréstimo, houve um aditivo ao plano de implementação original para contemplar essa alteração nas operações. No entanto, ainda depende da emissão de normas acessórias pelo BACEN para ser totalmente implementado. Quando a implementação estiver concluída, o impacto nas demonstrações financeiras será divulgado de forma transparente e oportuna, após a definição completa do arcabouço regulatório.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Espera que seja realizado dentro de doze meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja proibido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Um passivo é circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Deve ser liquidado dentro de doze meses após a data do balanço;
- Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório.

3.2 Resumo das principais políticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma), que é a moeda funcional. Transações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia (“moedas estrangeiras”) são reconhecidas como resultado da taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. No final do período do relatório, os itens monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos considerando as taxas vigentes na data do relatório. Os ganhos ou as perdas cambiais são reconhecidos como receita ou custo financeiro na demonstração do resultado.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independente de recebimentos ou pagamentos.

As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em moeda nacional considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa apresentamos a movimentação dos saldos das rubricas disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2023
(Em milhares de reais - R\$)



As aplicações interfinanceiras de liquidez consistem em reservas financeiras mantidas pela Companhia, que se destinam a suprir as necessidades de caixa restritas aos saldos de contas de pré-pagamento de seus clientes. Esses recursos são aplicados em instrumentos financeiros de alta liquidez, de forma a garantir a disponibilidade imediata de recursos financeiros para a realização das operações da Companhia.

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para fins de reconhecimento e mensuração, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução de valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de contas redutoras do ativo. Estimativas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

e) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros pelo valor justo em cada data de relato. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também usaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo é direto ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para os ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

f) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores depositados no Banco Central do Brasil como garantia de lastro para o saldo depositado por clientes na conta de pagamento pré-paga (“Conta SumUp”) e conta de pagamento instantâneo.

g) Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta SumUp, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga.

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto em vigor nas datas dos balanços são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido e não no resultado do exercício. A administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações das quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias entre as datas bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos sobre seus prejuízos fiscais acumulados, base negativa acumulados e diferenças temporárias em 30 de junho de 2023 no valor de R\$27.209 (R\$25.606 em 31 de dezembro de 2022), pois devido aos gastos para crescimento da base de clientes, não há expectativa de lucro tributável nos próximos 5 anos.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita sobre o valor da obrigação.

O valor contabilizado como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final do período do relatório, considerando os riscos e incertezas em torno da obrigação.

j) Lucro/prejuízo por ação

O lucro/prejuízo por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do exercício.

k) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que: não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos que podem dar origem ao resultado não recorrente são evidenciados nesta demonstração financeira na nota explicativa 21.

l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica pelo prazo de 5 a 7 anos.

Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil e a capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios.

m) Pagamentos baseados em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores) da Companhia recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, pelos quais os funcionários prestam serviços como contraprestação por instrumentos patrimoniais pertencentes à Controladora (transações liquidadas com ações).

Os pagamentos baseados em ações liquidados com instrumentos patrimoniais aos empregados são medidos pelo valor justo dos instrumentos de capital próprio na data da concessão. O valor justo exclui o efeito de condições de aquisição não baseadas no mercado.

O valor justo determinado na data de concessão dos pagamentos baseados em ações liquidados é reconhecido linearmente durante o período de aquisição, com base na estimativa da Companhia do número de instrumentos de capital próprio que eventualmente será investido.

A cada data de relatório, a Companhia revisa sua estimativa do número de instrumentos de capital próprio esperados como resultado do efeito das condições de aquisições não baseadas no mercado. O impacto da revisão das estimativas originais, se houver, é reconhecido em lucro ou perda de tal forma que a despesa cumulativa reflète a estimativa revisada, com ajuste correspondente às reservas.

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

o) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a análise econômica e os riscos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA à H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecerão nessa classificação por seis meses, quando serão baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas, anteriormente.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

4. Principais estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações que os acompanham e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Estimativas e premissas

A Companhia revisa estimativas e premissas de maneira contínua; no entanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser impactados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são as seguintes:

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Contingências) - Outras obrigações

As provisões para ações judiciais (trabalhista, fiscal e cível) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os processos judiciais de natureza cível cuja classificação de risco foi definida como possível por nossos assessores legais totalizavam R\$276 em 30 de junho de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R\$25). Essas causas não foram objeto de provisão.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos

Um ativo que não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no final do período do relatório para determinar se há alguma evidência objetiva de que está deteriorada, o que pode ocorrer após o reconhecimento inicial do ativo e ter um efeito adverso. impacto nos fluxos de caixa futuros projetados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Disponibilidades em moeda local	2.069	1.675
Reserva livre - Banco Central	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
<u>Operações compromissadas</u>		
Notas do Tesouro Nacional	-	109.996
Letras do Tesouro Nacional	149.999	-
Letras Financeiras do Tesouro	7.997	26.997
Total	160.067	138.670

	30/06/2023	31/12/2022
Reservas no Banco Central		
Reserva para pagamento instantâneo	34.824	25.120
Reserva para depósitos de moeda eletrônica	500	1.000
Total	35.324	26.120

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a títulos públicos do Governo Federal do Brasil, classificados como disponíveis para venda e com nível 1 quanto à mensuração de seu valor justo.

	30/06/2023				
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários - Disponível para venda					
<u>Carteira própria</u>					
Letras financeiras do tesouro	2.098	-	2.098	(1)	2.097
<u>Vinculados a integralização de capital</u>					
Letras financeiras do tesouro	22.488	-	22.488	(11)	22.477
<u>Vinculados a saldos em conta pré-paga</u>					
Letras financeiras do tesouro	19.099	-	19.099	(11)	19.088
Total	43.685	-	43.685	(23)	43.662
	31/12/2022				
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários - Disponível para venda					
<u>Carteira própria</u>					
Letras financeiras do tesouro	2.147	-	2.147	(1)	2.146
<u>Vinculados a saldos em conta pré-paga</u>					
Letras financeiras do tesouro	23.301	-	23.301	(12)	23.289
Total	25.448	-	25.448	(13)	25.435

Os títulos públicos do Governo Federal são valorizados com base no preço unitário divulgado pela ANBIMA e classificados como instrumentos financeiros de nível 1.

7. Outros créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	5.076	5.968
Despesas antecipadas	2.585	192
Impostos a recuperar	2.028	1.463
Créditos a receber com partes relacionadas (nota 18)	1.736	2.311
Outros créditos diversos	457	524
Total	11.882	10.458

8. Intangível

	Desenvolvimento interno de software	Outros ativos intangíveis	Ativo em construção	Total
Custo				
31 de dezembro de 2022	4.235	6.628	2.461	13.324
Adições	1.485	-	2.807	4.292
Transferências	6.628	(6.628)	-	-
30 de junho de 2023	12.348	-	5.268	17.616
Amortização				
31 de dezembro de 2022	(2)	(1.475)	-	(1.477)
Despesas de amortização	(2.518)	1.475	-	(1.043)
30 de junho de 2023	(2.520)	-	-	(2.520)
Valor residual líquido				
31 de dezembro de 2022	4.233	5.153	2.461	11.847
30 de junho de 2023	9.828	-	5.268	15.096

9. Depósitos

Valores depositados por clientes na Conta SumUp, na modalidade de conta de pré-pagamento.

	30/06/2023	31/12/2022
Outros depósitos - Conta SumUp	199.935	163.514
Total	199.935	163.514

10. Outras obrigações

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores e outras obrigações a pagar	5.564	6.524
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 18)	2.309	17.825
Obrigações trabalhistas	1.328	4.346
Obrigações fiscais e previdenciárias	380	1.333
Total	9.581	30.028

11. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2023 o capital social da Companhia é R\$141.743, compreendendo 14.174.267.749 ações ordinárias sem valor nominal (31 de dezembro de 2022 – R\$99.571 mil e 9.957.113.249 ações). Todas as ações emitidas foram totalmente integralizadas e têm direitos de voto iguais nas assembleias gerais e para receber dividendos.

O quadro de acionistas está apresentado abaixo:

<u>Companhia</u>	<u>Quantidade de Ações</u>		<u>% Participação</u>	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
SumUp Holdings Luxembourg SaRL	11.184.989.437	8.967.834.937	79%	75%
SumUp Payments	2.989.278.312	2.989.278.312	21%	25%

Em 28 de junho de 2023 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$22.172, com emissão de 2.217.154.500 ações ordinárias sem valor nominal. Houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores, a SumUp Holdings Luxembourg SaRL (“SumUp Lux”) passou a ter 79% das ações e a SumUp Payments (“SumUp UK”) 21% das ações. Este processo está em aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$20.000, com emissão de 2.000.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores, a SumUp Lux passou a ter 75% das ações e a SumUp UK 25% das ações. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 6 de fevereiro de 2023.

Em 03 de agosto de 2022 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$24.000, com emissão de 2.400.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores, a SumUp Lux passou a ter 70% das ações e a SumUp UK 30% das ações. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17 de agosto de 2022.

Em 23 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$17.640, com emissão de 1.764.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores, a SumUp Lux passou a ter 61% das ações e a SumUp UK 39% das ações. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de abril de 2022.

b) Distribuição de lucros

Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas.

A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não auferiu lucros nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, não havendo distribuição de lucros aos sócios.

12. Pagamento baseado em ações

A Controladora implementou e ofereceu um plano de opção de compra de ações aos membros da administração e principais funcionários do Grupo.

O plano “virtual option” (“de opções virtuais”) é gerenciado por um membro do SumUp Group, ou seja, SumUp Participations Ltd. As cartas de atribuição são assinadas pela SumUp Participations Ltd. e pelos titulares das opções, o que significa que o plano de opções virtuais fornece reivindicações contratuais contra a SumUp Participations Ltd. para pagamento em dinheiro ou concessão de contrapartida não monetária, desde que sejam cumpridas as condições de exercício. No entanto, o plano de opções virtuais não concede aos detentores de opções o direito de assumir ações da SumUp Participations Ltd. mediante o exercício das opções virtuais.

Plano de opção de ações liquidadas com ações

As opções não têm direito a dividendos ou direito a voto. As opções podem ser exercidas apenas no caso de eventos de Exercício até a data de vencimento. Os eventos de exercício são definidos como:

- Venda e transferência de pelo menos 75% das ações da Companhia (SumUp Holdings S.à.rl) em uma ou uma série de transações relacionadas;
- Venda e transferência de todos os ativos relevantes da Companhia (SumUp Holdings S.à.rl) em uma ou mais transações relacionadas;
- Listagem da empresa em uma bolsa de valores.

As opções são exercidas a um preço de exercício acordado na data de concessão das opções virtuais. O período de aquisição é de zero a 48 meses. As opções expiram se permanecerem não exercidas após um período de quinze anos a partir da data da concessão. As opções não investidas serão executadas se o funcionário deixar o Grupo antes que as opções se esgotem.

Os detalhes das quantidades das opções de ações em circulação durante o ano são os seguintes:

	30/06/2023	31/12/2022
Em circulação no início do semestre	90.409	32.077
Concedido	25.069	61.707
Exercido	(263)	(466.821)
Opções transferidas	-	501.362
Expiradas	(7.971)	(37.916)
Em circulação no final do semestre	107.244	90.409
Exercível no final do semestre	-	-

A movimentação do pagamento baseado em ações é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	218
Adições	138
Saldo em 30 de junho de 2023	356

A data de mensuração das transações com detentores de opções empregadas pelo Grupo é a data da concessão, ou seja, a data em que a carta de atribuição é assinada. Na data da concessão e mensuração, o Grupo não está listado em nenhuma bolsa de valores. O valor justo das opções virtuais é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes, levando em consideração os termos e condições sob os quais as opções virtuais foram concedidas. O valor médio ponderado das opções concedidas durante o 1º semestre de 2023 foi de R\$24,62.

A tabela a seguir lista os insumos dos modelos usados para o plano de opção virtual concedido para o semestre findo em 30 de junho de 2023:

Market value (EUR)	5,63
Expected volatility (%)	62,61
Risk-free interest rate (%)	2,18
Weighted average of share prices (EUR)	4,49

13. Receitas de intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas com tarifas e semelhantes		
Receita de processamento de cartões (intercâmbio)	1.833	1.613
Receita sobre saques	296	207
Outras receitas de tarifas e semelhantes	151	131
	2.280	1.951
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.445	3.212
Rendas com títulos e valores mobiliários	1.621	1.548
Remuneração de reserva de pagamento instantâneo	1.221	38
	13.287	4.798
Total	15.567	6.749

14. Despesas de intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de juros com depósitos remunerados		
Despesas de juros com depósitos remunerados	(1.613)	-
	(1.613)	-
Despesa com tarifas e semelhantes		
Despesas com tarifas do sistema financeiro	(2.013)	(871)
Despesas com tarifas de manutenção de contas	(269)	(692)
	(2.282)	(1.563)
Total	(3.895)	(1.563)

15. Despesas de pessoal

	30/06/2023	30/06/2022
Salários e proventos	(2.919)	(9.969)
Encargos sociais	(812)	(3.197)
Benefícios	(907)	(2.479)
Outros gastos com pessoal	(216)	(186)
Total	(4.854)	(15.831)

16. Despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Serviço de engenharia e suporte	(6.179)	(222)
Emissão de cartões	(1.865)	(930)
Licenças de software	(988)	(2.096)
Amortização de ativos intangíveis	(946)	(471)
Serviços técnicos especializados	(318)	(557)
Outras despesas administrativas	(285)	(403)
Total	(10.581)	(4.679)

17. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.752)	(17.186)
Taxa de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas legais	1.616	5.843
Reconciliação da taxa efetiva		
Diferenças permanentes, líquidas	(12)	(35)
Provisões Contas a Pagar	(80)	(126)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Contingências)	(3)	-
Ativo fiscal diferido não reconhecido	(2.057)	(5.702)
Provisão bônus	592	66
Pagamento baseado em ações	(47)	(39)
Ajustes de amortização	2	1
Outros	(11)	(8)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-

18. Partes relacionadas

Balanco Patrimonial

Ativo

Créditos a receber com partes relacionadas

SumUp Participation

SumUp Ltd.

Total de ativos

Passivo

Outros depósitos - Conta SumUp

SumUp Instituição de Pagamento Brasil Ltda.

Contas a pagar com partes relacionadas

SumUp Tech Serviços de Tecnologia Ltda.

SumUp Instituição de Pagamento Brasil Ltda.

SumUp Ltd. - Branch Bulgaria BFC

SumUp Chile SpA

SumUp Services GmbH

Total de passivos

	30/06/2023	31/12/2022
	1.736	2.311
	1.708	1.803
	28	508
	1.736	2.311
	39.369	18.962
	39.369	18.962
	2.309	17.825
	1.657	-
	258	17.649
	218	-
	176	172
	-	4
	41.678	36.787

	30/06/2023	30/06/2022
Demonstração do resultado do exercício		
Despesas com tarifas e semelhantes	-	(395)
SumUp Ltd. - Branch Bulgaria BFC	-	(395)
Despesas de pessoal	(2.414)	(6.270)
SumUp Instituição de Pagamento Brasil Ltda.	(1.377)	(6.206)
SumUp Tech Serviços de Tecnologia Ltda.	(1.037)	-
SumUp Ltd. - Branch Germany	-	(64)
Despesas administrativas	(4.939)	(1.719)
SumUp Tech Serviços de Tecnologia Ltda.	(4.746)	-
SumUp Ltd. - Branch Bulgaria BFC	(191)	(227)
SumUp Instituição de Pagamento Brasil Ltda.	(2)	(974)
SumUp Ltd.	-	(343)
SumUp Services GmbH	-	(167)
SumUp Real Estate GmbH	-	(8)
Outras receitas e despesas operacionais	148	(93)
SumUp Ltd.	112	-
SumUp Ltd. - Branch Bulgaria BFC	26	-
SumUp Chile SpA	5	-
SumUp Ltd. - Branch Germany	4	-
SumUp Services GmbH	1	(86)
SumUp Instituição de Pagamento Brasil Ltda.	-	(7)
Total	(7.205)	(8.477)

	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração da Administração		
Remuneração e benefícios a curto prazo	540	479
Total	540	479

19. Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do SumUp Bank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de avaliar impactos e probabilidades de incidentes de riscos no negócio. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que definem os objetivos da Companhia. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de moeda e outros riscos de preço, como risco de preço de ações e risco de commodities. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários.

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nas taxas de juros do mercado. A exposição da Companhia ao risco de alterações nas taxas de juros de mercado em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está relacionada principalmente aos títulos do governo do Brasil, que possuem taxa de juros pós fixada (SELIC), e compõem o ativo da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Companhia.

Os procedimentos adotados pelo SumUp Bank estão em conformidade com os procedimentos estabelecidos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Companhia.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, dos custos de recuperação, da desvalorização do contrato de crédito e diminuição dos ganhos de remuneração.

Como operações com características de crédito, a companhia possui em seu portfólio uma pequena quantidade de operações de empréstimo pessoal e aplicações em títulos públicos do Brasil.

Em relação às operações de empréstimo pessoal, a companhia tem como premissa a adoção de políticas e metodologias que permitem apropriada precificação da operação e gerenciamento do risco de crédito. As aplicações em títulos públicos do Brasil, são classificadas como de baixo risco, pois são operações de curto prazo (*overnight*) e estão associadas diretamente à capacidade financeira do Governo Federal.

d. Risco operacional

A Companhia considera como risco operacional, o risco de perda ou ganhos não planejados resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela organização. O Gerenciamento de Risco Operacional na Companhia abrange mecanismos, ferramentas e políticas incluindo a supervisão da gestão da área para identificar, avaliar, monitorar, relatar e controlar o risco operacional.

A Companhia possui políticas e procedimentos referentes ao Gerenciamento de Risco Operacional que direcionam a realização das atividades.

e. Gerenciamento de capital

Por enquadrar-se na segmentação S5 e possuir características de perfil de risco simplificado, as exigências e composição de requerimento de capital para o SumUp Bank é realizada a partir da **metodologia simplificada**.

Esta metodologia leva em consideração rubricas contábeis definidas pelo Banco Central a serem utilizadas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWASimp) e para composição do patrimônio referência simplificado (PRSim).

A partir destes conceitos, ressalta-se que a Companhia possui estrutura adequada de capital que garante estabilidade financeira e fornece uma base sólida para o início, estruturação e o desenvolvimento contínuo das operações comerciais.

Adicionalmente, a Administração supervisiona esta estrutura de capital e aprova assuntos relacionados a despesas, investimentos e financiamento e monitora continuamente a exposição da Companhia a riscos financeiros.

Requerimentos de capital mínimo

A tabela a seguir apresenta o resultado dos índices de capital e requisitos mínimos para a instituição.

	30/06/2023	31/12/2022
Ativos Ponderados ao Risco Simplificado (RWASimp)	48.060	41.452
Risco de Crédito Simplificado (RWARCSimp)	43.691	37.684
Risco de Mercado Simplificado (RWACAMSimp)	-	-
Risco Operacional Simplificado (RWAROSimp)	4.369	3.768
Patrimônio Referência Simplificado Requerido	8.170	7.047
Patrimônio Referência Simplificado (PRSim)	41.462	7.093
Margem	33.292	46

20. Transações que não afetam caixa

Ajuste a valor de mercado - TVM

A Companhia registrou ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$(10), conforme demonstrado na nota explicativa 6.

21. Resultados não recorrentes

A Companhia não incorreu em resultados não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.